

INFORME ESPECIAL DA INDÚSTRIA

MEDIDAS COMERCIAIS DOS EUA

CNI Confederação
Nacional
da Indústria

Número 31 - 11/11/2025

Monitoramento de medidas comerciais dos Estados Unidos

Com o início de seu segundo mandato, o presidente Donald Trump retomou a política comercial *"America First"*, com foco na revisão e reformulação das práticas comerciais dos Estados Unidos, buscando priorizar os interesses econômicos e de segurança nacional do país.

Nesse contexto, em 13 de fevereiro de 2025, foi anunciado o *"Plano Justo e Recíproco"* no comércio, uma iniciativa abrangente voltada a combater desequilíbrios comerciais e reduzir o déficit comercial dos EUA.

PRINCIPAIS MEDIDAS ANUNCIADAS

04/11/2025: Presidente Trump publica [Ordem Executiva 14357](#) para modificar as regras relativas ao combate ao fluxo contínuo de opioides sintéticos, incluindo o fentanil, provenientes da China, formalizando a redução da tarifa de 20% para 10%, com vigência a partir de 10 de novembro de 2025.

04/11/2025: Presidente Trump publica [Ordem Executiva 14358](#) para modificar as tarifas recíprocas conforme o acordo econômico e comercial entre EUA e China, formalizando a suspensão das elevadas tarifas recíprocas impostas à China até 10 de novembro de 2026.

NEGOCIAÇÕES COM TERCEIROS PAÍSES

UNIÃO EUROPEIA

Em 6 de novembro, em [carta](#) enviada para Jamierison Greer, representante comercial dos EUA, a delegação do Arkansas no Congresso pede que os EUA adiem a implementação de seu acordo com a União Europeia até que o bloco realize reformas substanciais em sua regulamentação sobre desmatamento (EUDR – do inglês, *European Union Deforestation Regulation*).

A delegação argumenta que os principais problemas do regulamento permanecem, que a UE está acelerando o cronograma de implementação e condiciona o avanço do acordo feito entre os EUA e o bloco a alterações no regulamento, que incluem:

- Reconhecer os EUA como país de menor risco possível para desmatamento, com requisitos

proporcionais.

- Garantir que quaisquer esforços de simplificação do EUDR, sejam eles por meio de propostas da Comissão, documentos de orientação ou perguntas frequentes, sejam aplicados igualmente a operadores e comerciantes da UE e dos EUA.
- Garantir um prazo de implementação adequado, considerando o processo legislativo em curso.

HUNGRIA

Em 7 de novembro, o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, se encontrou com o presidente Trump na Casa Branca e afirmou, em [coletiva de imprensa](#), que os EUA não irão sancionar a Hungria por continuar comprando petróleo da Rússia, apesar de terem sancionado com tarifas elevadas outros países, como a Índia e a China, devido a essas compras. A Hungria é um Estado-membro da UE e, sob a liderança de Orbán, tem sido uma aliada próxima de Trump ao de longo de sua carreira política.

Trump tem defendido que outros países cessem suas importações de petróleo russo, alegando que essas compras ajudam a financiar a guerra na Ucrânia. Ele citou as importações de petróleo como justificativa para o aumento das tarifas sobre a Índia para um total de 50% e pediu ao G7 e aos parceiros europeus que imponham suas próprias tarifas à Índia e à China devido às suas compras de petróleo.

ÍNDIA

Em 6 de novembro, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), os EUA rejeitaram, por meio de [comunicado](#), a acusação da Índia de que as tarifas da Seção 232 sobre o cobre são medidas de salvaguarda.

Em setembro, a Índia solicitou consultas sob o o Acordo sobre Salvaguardas da OMC em relação às tarifas de 50% sobre o cobre impostas pelos EUA, sob a Seção 232. Posteriormente, a [Índia comunicou](#) que as consultas não ocorreram e que “reserva-se o direito de suspender concessões ou outras obrigações nos termos do Artigo 8 do Acordo sobre Salvaguardas que sejam substancialmente equivalentes aos efeitos adversos da medida sobre o comércio indiano.”

Em resposta à Índia, os [EUA afirmaram](#) que as tarifas sobre o cobre são medidas de segurança nacional, e não salvaguardas, e que não há fundamento para a proposta indiana de suspender concessões ou outras obrigações sob o Artigo 8.2 do Acordo sobre Salvaguardas com relação a essas medidas.

IMPACTOS MACROECONÔMICOS E FINANCEIROS

- Na semana passada, foram divulgados novos dados sobre o comércio exterior brasileiro. As exportações totalizaram US\$ 32,0 bilhões em outubro de 2025, aumento de 9,2% em relação a outubro de 2024 e de 4,9% frente a setembro. No acumulado do ano, atingiram US\$ 289,7 bilhões, alta de 1,9% em comparação com o mesmo período do ano anterior (US\$ 284,3 bilhões).
- As exportações da indústria de transformação para os Estados Unidos somaram US\$ 1,9 bilhão em outubro, correspondendo a 86,4% do total exportado ao país e representando queda de 28,0% em relação a outubro de 2024. Foi o quarto mês consecutivo de retração na comparação anual. Desde agosto, quando passaram a vigorar as novas tarifas de importação impostas pelos Estados Unidos aos

produtos brasileiros, o valor exportado caiu 23,5% em relação ao mesmo período de 2024. No acumulado de janeiro a outubro, as exportações da indústria de transformação ao mercado norte-americano totalizaram US\$ 25,2 bilhões, 2,7% abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior — a primeira vez que o acumulado anual fica inferior ao de 2024.

- Na última semana, o Banco Central do Brasil (BCB) manteve a taxa Selic em 15% ao ano, sendo a terceira reunião consecutiva em que a taxa permanece nesse nível. Os argumentos apresentados foram: (i) a persistência da incerteza no ambiente externo, em razão da conjuntura e da política econômica dos Estados Unidos; e (ii) os impactos da política fiscal doméstica sobre a política monetária e os ativos financeiros. A autoridade monetária avaliou que o cenário atual exige cautela.
- A manutenção da taxa Selic ampliou o diferencial de juros em relação aos Estados Unidos, que reduziram suas taxas em 0,25 ponto percentual anteriormente, contribuindo para a valorização do real frente ao dólar. Na última semana, a moeda brasileira valorizou-se 0,5%, encerrando o período a R\$ 5,36/US\$. Em 2025, o real já acumula valorização de 13,5% frente ao dólar.
- A queda dos juros americanos estimulou a busca por ativos de maior risco, favorecendo a valorização da bolsa de valores brasileira. Na semana passada, o índice ultrapassou pela primeira vez os 150 mil pontos, encerrando acima dos 154 mil — alta semanal de 3,0% e ganho acumulado de 28,1% em 2025. Esse movimento também foi interpretado como uma migração de investidores da renda fixa para a renda variável, em antecipação a possíveis cortes na taxa Selic em 2026.

INFORME ESPECIAL DA INDÚSTRIA: MEDIDAS COMERCIAIS DOS EUA | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Diretoria de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação | Diretor: Jefferson de Oliveira Gomes | Diretor Adjunto: Mário Sérgio Carraro Telles | Superintendência de Economia | Gerência de Análise Econômica | Gerente: Marcelo Souza Azevedo | Equipe: Rafael Sales Rios | Coordenação de Divulgação - CDIV | Coordenadora: Carla Gadêlha | Design gráfico: Carla Gadêlha | Superintendência de Relações Internacionais | Superintendente: Frederico Lamego de Teixeira Soares | Gerência de Comércio e Integração Internacional | Gerente: Constanza Negri Biasutti | Equipe: Pietra Mauro

Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9992: sac@cni.com.br
Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

**A INDÚSTRIA CRIA.
A INDÚSTRIA É MAIS.**

CNI Confederação
Nacional
da Indústria